

Crescendo e marcando passo

DEPOIS DE UM SÉCULO A ECONOMIA BRASILEIRA AINDA TEM DIFICULDADE PARA DECOLAR

MARCELO DE PAIVA ABREU

O fim do ano, apesar de falso fim de século e de milênio, deu margem a um grande número de ensaios nos quais foram feitos o balanço do progresso do País no século; a análise comparativa com países aparentados no infortúnio, como a Rússia; ou até mesmo simples delírios futurologistas, em geral pretensamente humorísticos.

Adiando para outro artigo a análise dos pontos comuns entre o patrimonialismo czarista e o de nosso mais modesto Império, vale a pena concentrar a atenção sobre o balanço do Brasil no século. Em apenas uma modalidade o Brasil revelou desempenho notável ao longo de todo o período: sua população multiplicou-se por dez, alcançando algo próximo dos 170 milhões. Não existem dados sobre a esperança de vida ao nascer em 1900, mas um número próximo a 30 anos não parece escandaloso. Nisto se progrediu bastante: estamos próximos dos 67 anos, embora o País ainda esteja aquém do que justificaria seu nível de desenvolvimento econômico relativo. O desempenho econômico secular foi, à primeira vista, bastante razoável, pois a renda per capita cresceu cerca de 12 vezes desde 1900 para alcançar os US\$ 5.400,00 atuais. Em termos comparativos, entretanto, estes números são bem menos impressionan-

tes, indicando apenas que o Brasil manteve-se na sua turma relativa de países em desenvolvimento. Apenas em relação à Argentina houve progresso notável da renda per capita relativa, explicado menos pelo desempenho secular razoável do Brasil do que pela *débâcle* argentina até o fim dos anos 80.

Entretanto, até 1980, os números sugeriam um comportamento diferenciado do Brasil em relação a outros países em desenvolvimento, pelo menos em termos de ritmo de crescimento econômico, pois já naquele ano havia sido alcançado nível de renda per capita se-

melhante ao de 1999. Desde então, o Brasil marcou passo em termos de crescimento e inaugurou um período de alta volatilidade inflacionária e de intimidade periódica com regimes quase hiperinflacionários. O que teria marcado esta transição de um regime de crescimento mais do que razoável para a estagnação? Um segundo grande aumento quadruplicou os preços do petróleo. Mas os efeitos da crise foram agravados pelos equívocos da política econômica desde agosto de 1979 pelo menos até o final de 1982, evidentemente somados ao comportamento explosivo do serviço da dívida externa. Descobriu-se pelo método doloroso que juros reais negativos podem ficar positivos quando muda a política macroeconômica dos países centrais. Digase de

passagem que é um grande exagero tentar usar o argumento de sugerir que o período 1979-1985 teria correspondido à "pior fase da maior crise da história econômica mundial" para explicar o desempenho brasileiro.

A resposta do governo Figueiredo foi a defenestração de Mário Henrique Simonsen à raiz da definição da política de preços agrícolas e a opção pela política do "pau na máquina" com maxidesvalorização seguida de pré-fixação de desvalorização cambial e correção monetária. É difícil encontrar mérito no fato de no primeiro biênio de Figueiredo o PIB ter crescido 8% ao ano, como mencionado por alguns analistas. Ao contrário, foi indicação de que a política econômica estava equivocada. No primeiro biênio de Sarney, a economia também cresceu 8% e a avaliação deve ser similar. Em 1980, quando ficou óbvia a perda de credibilidade nos compromissos inflacionários e também que as fontes externas de financiamento haviam secado, houve mudança de curso, mas aí Inês estava morta. A inflação acelerou-se rapidamente subindo a um índice de 100% e depois de 200%, por conta de dificuldades agrícolas.

O que se viu depois foi uma longa tentativa de adotar as políticas do FMI, sem o FMI, com políticas monetárias e fiscais restritivas, mas mantendo em grande medida os mecanismos de indexação. Nos três últimos anos do governo Figueiredo, o PIB per capita caiu 11%. O casuísmo na

escolha de instrumentos que pareciam ter dado tão certo nos anos do milagre, quando o País não se deu conta da sua condição essencial de pequeno carona feliz de um grande boom mundial, concentrou-se na agricultura de exportação, na expansão da capacidade produtiva da Petrobrás e no programa do álcool, infelizmente calcado em estimativas mirabolantes quanto aos preços futuros do petróleo, ativamente defendidas pelo Banco Mundial. Os resultados não foram espetaculares, mas levaram ao aumento do nível de reservas especialmente em 1984, com a recuperação nos EUA, o que, ironicamente, viabilizaria o lançamento do Plano Cruzado.

Seguiu-se a grande inflação dos anos 80 e dos 90 com a rápida transformação da restrição externa em restrição fiscal à medida que se deterioravam as contas públicas, especialmente após 1985. Combinada com o ocaso do modelo brasileiro estruturado no protecionismo e subsídios a quase tudo, continuou a impedir a volta ao crescimento. Só com estabilização do real em 1994, mesmo com seus notórios problemas, e as grandes reformas estruturais introduzidas a duras penas desde o início dos anos 90 se pode vislumbrar uma luz ao fim do túnel e pensar de novo que o Brasil possa ter um desempenho diferenciado em relação aos seus colegas seculares de subdesenvolvimento.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio